

EXAME

As melhores aplicações para ganhar acima da inflação

A inflação anda alta e preocupa o governo, mas também prejudica a rentabilidade dos investimentos; veja as aplicações indicadas por especialistas para o atual momento



Investimentos ligados ao setor imobiliário oferecem proteção contra a inflação

São Paulo – Se fazer o dinheiro render em [aplicações financeiras](#) já está mais difícil com a taxa básica de juros (**Selic**) no seu patamar mais baixo da história, a **inflação** alta torna as coisas ainda mais difíceis, especialmente para o pequeno investidor brasileiro. A inflação corrói o poder de compra e a rentabilidade das aplicações, reduzindo ou até anulando o ganho real do investidor. Para não ter que se preocupar com isso e proteger seu poder de compra, o poupador de longo prazo conta com uma série de aplicações financeiras capazes de gerar retorno acima da inflação em qualquer cenário de alta de preços.

•

Os índices de inflação mostram o quanto uma cesta de produtos e serviços aumentou de preço em um determinado período. Essa alta de preços faz com que os 100 reais que você pode gastar hoje em um par de sapatos não sejam mais suficientes para comprar esse mesmo par de sapatos no futuro. É por isso que, ao planejar a aposentadoria, a chegada ao primeiro milhão ou qualquer outro tipo de investimento de longo prazo, é de suma importância simular a rentabilidade real, isto é, o rendimento acima da inflação.

Suponha que você tem 10 mil reais para investir hoje e que vá aplicar mil reais por mês pelos próximos 20 anos. Suponha ainda uma rentabilidade média de 0,80% ao mês. Se não houvesse inflação, o valor acumulado no período chegaria a 788.821,72 reais, antes de descontar o imposto de renda. Ou seja, este seria o chamado valor nominal acumulado, desconsiderada a inflação do período.

Porém, se levarmos em conta uma inflação mensal de 0,51% - que foi a inflação mensal média dos 12 meses terminados ao final de janeiro, segundo o Banco Central – o montante acumulado cairia para 365.392,05 reais antes do IR. A rentabilidade mensal real seria de 0,29%, e não de 0,80%. Ou seja, embora o investidor acumulasse 788.821,72 reais, a quantia equivaleria, de fato, ao poder de compra de 365.392,05 reais por causa da inflação.

O IPCA, índice oficial de inflação, acumulou alta de 6,15% nos 12 meses terminados no fim de janeiro. A inflação do primeiro mês do ano foi de 0,86%, [a maior desde abril de 2005](#). A inflação esperada pelo mercado para 2013 é de 5,71%, quase os 5,84% do ano de 2012. Veja a seguir os investimentos indexados à inflação mais adequados no momento para proteger o patrimônio das altas de preços, levando em consideração a reduzida taxa Selic de 7,25%.

Tesouro Direto (NTN-B)

As Notas do Tesouro Nacional-série B são os títulos públicos negociados via [Tesouro Direto](#) atrelados à inflação pelo [IPCA](#). Elas pagam um juro real prefixado – uma taxa de juros acima da inflação acordada na hora da compra do título – e corrige essa rentabilidade pelo IPCA. Esses títulos podem pagar um cupom, que é uma remuneração semestral, ou deixar o dinheiro que seria destinado ao cupom rendendo para ser resgatado somente no vencimento (o que ocorre com a chamada NTN-B Principal).

Atualmente, os prazos da NTN-B oferecidas variam de 2019 a 2035, e as remunerações vão de 3,66% ao ano mais IPCA até 4,26% ao ano mais IPCA. São investimentos ideais para aplicações de longo prazo, mas podem ser resgatadas antes do vencimento caso o investidor precise do dinheiro antes. Neste último caso, porém, pode haver uma perda, pois os preços desses títulos são marcados a mercado e caem quando a taxa Selic tem expectativas de alta. Para quem opta por carregar o título até o vencimento, porém, a remuneração será aquela acordada, sem perdas, ainda que a taxa básica de juros se eleve.

Com a queda da Selic, as taxas de juros reais oferecidas pelas NTN-B também caíram. Porém, esse título tem a vantagem de oferecer uma rentabilidade acima da inflação, mesmo que as altas de preços sejam elevadas. Frente à inflação de 5,68% prevista para 2013, a taxa básica de juros de 7,25% ao ano geraria uma rentabilidade real bruta de apenas 1,57%; já a NTN-B mais curta oferece um rendimento real bruto de 3,66%.

O planejador financeiro certificado pelo Instituto Brasileiro de Certificação dos Profissionais Financeiros (IBCFPF), Rogério Nakata, CFP, defende que investir diretamente em NTN-B é melhor que investir nos fundos de renda fixa – índices, também chamados

de fundos de inflação. Esses fundos aplicam em ativos cuja rentabilidade é corrigida por índices de preços, mas como todo fundo, cobram taxa de administração, enquanto o custo de investir no Tesouro Direto pode ser de apenas 0,3% ao ano. "Tudo que o investidor puder fazer por si é mais indicado. Melhor fugir das taxas de administração altas", diz Nakata.

Já o gestor de investimentos da Lecca, Georges Catalão, aponta outro problema dos fundos de inflação que tornam o investimento direto em NTN-B mais interessante. Os fundos de inflação aplicam em ativos atrelados à inflação de diferentes prazos e são marcados a mercado. Ou seja, o valor das cotas oscila e o cotista pode ter uma perda se fizer um resgate em época de baixa nas cotas. "O governo agora está mais preocupado com a inflação, o que fez a expectativa de alta nos juros voltar. Esses fundos já começam a sofrer, e estamos recomendando que nossos clientes migrem deles para as NTN-B", diz Catalão.

Ele explica que embora a NTN-B também tenha marcação a mercado, ao aplicar diretamente o investidor tem mais controle do que está acontecendo e pode simplesmente carregá-la até o vencimento para não ter perdas. Enquanto que no fundo ele não sabe, como cotista, se o que o gestor está fazendo pode gerar mais perdas. Para quem mesmo assim deseja investir em um fundo de inflação, [o mais indicado é que opte por fundos que investem em papéis de prazos inferiores a cinco anos](#), que são aqueles que seguem o índice chamado IMA-B 5.

Certificados de Depósito Bancário (CDB)

Os [CDBs](#), títulos de renda fixa emitidos por bancos, em geral têm sua rentabilidade atrelada à taxa DI, taxa de juros dos depósitos interbancários que baliza boa parte das aplicações financeiras e se aproxima da Selic. Contudo, já existem CDBs cuja rentabilidade é corrigida pelo IPCA, nos moldes do rendimento das NTN-B. Diferentemente dos títulos públicos, porém, os CDBs IPCA normalmente não podem ser resgatados antes do vencimento, que só ocorre dentro de alguns anos.

Alguns bancos médios oferecem a modalidade de investimento, que conta com a proteção do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) para valores investidos de até 70 mil reais em uma mesma instituição em caso de quebra do banco. O Sofisa Direto, por exemplo, oferece CDBs com vencimento em 2015 que remuneram 2,75% ao ano mais IPCA, e outros com vencimento em 2019 que pagam 4,05% ao ano mais IPCA. Já o CDB Direto, do Banco Ficsa, oferece Recibos de Depósito Bancário, que são semelhantes aos CDBs de resgate apenas no vencimento. Os prazos variam de dois a cinco anos e pagam entre 2,80% e 3,90% ao ano mais IPCA.

Debêntures

As [debêntures](#) são títulos de dívida emitidos por empresas não financeiras, que frequentemente são oferecidos em ofertas públicas e têm sua rentabilidade corrigida por um índice de inflação, que pode ser o IPCA ou o IGP-M. Como têm prazos longos e liquidez baixa, a correção pela inflação serve justamente para reduzir o risco do investidor ao manter o dinheiro aplicado naquele ativo por tanto tempo.

De acordo com Bruno Carvalho, especialista em renda fixa da XP Investimentos, já existem muitas séries de debêntures emitidas com preço unitário de mil reais, o que as torna acessíveis para o pequeno investidor. Algumas corretoras, como a XP, oferecem uma ampla gama de produtos de renda fixa, como debêntures de valores mais acessíveis e de diversos emissores. As debêntures não contam com a proteção do FGC, o que significa que, se a empresa der calote, o investidor perde o valor aplicado. Por isso, é fundamental conhecer a classificação de risco da empresa emissora, ter algum conhecimento de sua saúde financeira e diversificar.

Fundos imobiliários

O planejador financeiro Rogério Nakata lembra que os [fundos imobiliários](#) também costumam oferecer proteção contra a inflação, notadamente aqueles que investem em lajes corporativas e shopping centers. Primeiro porque os aluguéis em geral costumam ser corrigidos por um índice de inflação, IGP-M ou IPCA. Segundo porque fundos que investem nesses ativos especificamente se beneficiam de algumas características particulares a esses tipos de imóveis.

O agente autônomo Arthur Vieira de Moraes, especializado em fundos imobiliários, explica que imóveis cujos locatários se beneficiam do aquecimento do consumo e da alta de preços costumam oferecer boa proteção contra a inflação, uma vez que parte do aluguel varia de acordo com o faturamento do locatário. É o que ocorre com os fundos de shopping centers e de galpões logísticos, nos quais o investidor ganha não só com o reajuste do aluguel, como também com o impacto da alta dos preços nas receitas dos inquilinos.

Os fundos de lajes corporativas têm contratos que normalmente preveem revisões do valor do aluguel a cada três ou cinco anos, o que dá uma oportunidade de ganho acima da inflação – embora também haja o risco de o aluguel ser reajustado para baixo. Finalmente, diz Vieira de Moraes, os fundos de recebíveis – que investem apenas em papéis com lastro imobiliário, como Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) – podem comprar títulos cuja rentabilidade seja corrigida por algum índice de inflação.

Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)

Assim como os CDBs, as [LCIs](#) e LCAs também são emitidas por bancos, porém têm baixa liquidez. Algumas delas podem remunerar um juro prefixado mais inflação. As LCIs contam com a proteção do FGC para valores investidos de até 70 mil reais por CPF por instituição financeira e têm seus rendimentos isentos de imposto de renda. Já as LCAs não contam com a proteção do FGC, mas também são isentas de imposto de renda.

As LCIs são emitidas para financiar o setor imobiliário, enquanto que as LCAs financiam o agronegócio. Contudo, conhecer a classificação de risco e a solidez do banco emissor é o mais importante para se ter ideia da segurança do investimento. Não é frequente

que esses títulos de renda fixa sejam indexados à inflação, mas isso pode ocorrer. De acordo com Bruno Carvalho, da XP, o valor de investimento costuma ficar entre 10 mil e 50 mil reais, mas normalmente nos bancos grandes essas modalidades só são oferecidas para os investidores de alta renda ou private.

[Bancos médios, contudo, podem oferecê-las a qualquer investidor interessado, diretamente ou por meio de corretoras e gestoras independentes.](#) A LCA costuma ser mais destinada a investidores qualificados, que são aqueles com mais de 300 mil reais em aplicações financeiras. No caso da LCI é mais fácil encontrar aquelas oferecidas a qualquer tipo de investidor. No Banco Máxima, por exemplo, ela pode ser atrelada ao IGP-M e requerer investimento mínimo de apenas mil reais.

Na Companhia Hipotecária Brasileira (CHB), especializada em concessão de empréstimos e financiamentos para o setor imobiliário, o investimento mínimo em LCI é de 10 mil reais, e qualquer interessado pode entrar em contato para investir. A CHB utiliza títulos como a LCI para captar recursos para oferecer financiamentos, e pode participar da emissão de LCIs indexadas à inflação, se sua estratégia de captação assim o exigir.

Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)

As CRIs são geralmente destinadas a investidores qualificados (que têm ao menos 300 mil reais em aplicações financeiras), uma vez que o investimento mínimo normalmente requer quantias de alguns milhares a alguns milhões de reais. Assim como as LCIs, elas também são usadas para captação de recursos para financiar o setor imobiliário e têm os rendimentos isentos da incidência de IR. Porém, não existe cobertura do FGC em caso de calote.

Por serem títulos de prazos longos (em geral de dois a dez anos) e de baixíssima liquidez, os CRIs costumam ser indexados ao IGP-M, justamente para proteger o capital do investidor que terá que deixar o dinheiro investido ali por tanto tempo. O Banco Máxima, por exemplo, acaba de fazer uma emissão de CRIs que remunera 6% ao ano mais IGP-M.

Os CRIs podem ser emitidos e distribuídos por bancos de qualquer porte, podendo também ser oferecidos em corretoras e gestoras independentes. Mas o risco de calote, aqui, é do devedor, ou seja, da instituição que pega o financiamento para determinado empreendimento. É por isso que os prospectos dos CRIs contam com descrições detalhadas sobre o empreendimento financiado e o tomador do crédito.

<http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/renda-fixa/noticias/as-melhores-aplicacoes-para-protger-o-dinheiro-da-inflacao?page=1>